



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N º ,DE 2024

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Ministro da Educação, sobre o impacto do congelamento de R\$ 5,7 bilhões nas áreas de Saúde e Educação pelo Governo.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação Camilo Santana, sobre o impacto do congelamento de R\$ 5,7 bilhões nas áreas de Saúde e Educação pelo Governo.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- Considerando o congelamento de R\$ 1,2 bilhão no orçamento do Ministério da Educação, quais áreas e programas serão mais afetados por essa medida?*
- Quanto do corte afeta especificamente os recursos destinados ao estado do Espírito Santo? Quais programas e instituições*





nesse estado serão mais impactados?

- De que maneira o congelamento de recursos impactará diretamente as instituições de ensino básico, técnico e superior?*
- Há algum plano de contingência para minimizar os efeitos do congelamento de recursos nas atividades educacionais essenciais?*
- O congelamento de recursos afetará os investimentos em infraestrutura e tecnologia nas escolas públicas? Se sim, de que maneira?*
- De que forma o Ministério da Educação está dialogando com outros ministérios e com a Junta de Execução Orçamentária para reverter ou amenizar os impactos desse congelamento no setor educacional?*
- Quais medidas estão sendo tomadas para garantir que os programas de assistência estudantil, como bolsas de estudo e auxílio alimentação, não sejam prejudicados pelo corte orçamentário?*
- O congelamento de recursos afetará os projetos de expansão de universidades e institutos federais? Se sim, quais projetos serão diretamente impactados?*
- Como o Ministério da Educação está se preparando para possíveis novas demandas e desafios que possam surgir em decorrência do contingenciamento de despesas?*
- Qual é a previsão do Ministério da Educação para a recuperação dos recursos congelados e a retomada plena das atividades afetadas?*





JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Ministro da Educação Camilo Santana, sobre o impacto do congelamento de R\$ 5,7 bilhões nas áreas de Saúde e Educação pelo Governo.

Isto porque, conforme noticiado¹, o governo publicou, no fim da noite da última terça-feira, o decreto do presidente Lula que detalha as áreas afetadas pelo congelamento de R\$ 15 bilhões em gastos públicos, confirmado na semana passada. O objetivo é convergir as contas públicas para a meta de déficit zero estabelecida para 2024.

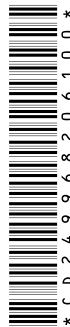
No total, o governo reteve as seguintes despesas:

- *R\$ 4,5 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (**PAC**).*
- *R\$ 1,095 bilhão em emendas de comissão*
- *R\$ 153 milhões de emendas de bancada. As emendas individuais foram poupadas.*
- *Também foram congelados R\$ 9,2 bilhões em despesas discricionárias do Poder Executivo.*

Somando esses valores, chega-se ao congelamento de R\$ 15 bilhões. Essa contenção de gastos é a maior já realizada neste terceiro mandato do presidente Lula. O PAC é uma das principais vitrines do governo Lula. O programa é comandado pelo chefe da Casa Civil, Rui Costa, com quem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acumula divergências no governo.

Dentro do universo de R\$ 15 bilhões, há a divisão considerando emendas parlamentares e o PAC, além da distribuição

¹ <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/30/governo-congela-r-45-bi-do-pac-e-r-11-bi-em-emendas-saude-e-o-ministerio-mais-afetado.ghtml>





entre os ministérios.

Considerando os ministérios, o da Saúde foi o mais afetado, com R\$ 4,4 bilhões. A lista segue com o Ministério das Cidades (R\$ 2,1 bilhões), dos Transportes (R\$ 1,5 bilhão) e da Educação (R\$ 1,2 bilhão). Os demais órgãos tiveram bloqueios abaixo de R\$ 1 bilhão. No total, R\$ 15 bilhões foram congelados do Orçamento. Desse montante, foram bloqueados R\$ 11,2 bilhões devido ao aumento dos gastos com benefícios. Além disso, o governo também contingenciou R\$ 3,8 bilhões para cumprir a meta fiscal deste ano diante da frustração com a arrecadação.

O governo bloqueia gastos para cumprir o limite de despesas previsto no arcabouço fiscal e faz contingenciamento de despesas para atingir a meta fiscal — que neste ano prevê um déficit zero. As estimativas de gastos fixos com aposentadorias e com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) subiram R\$ 11,3 bilhões e são o principal motivo por trás do bloqueio de despesas no Orçamento. O decreto que detalhou os cortes por áreas foi discutido com integrantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO) e o presidente Lula, no fim da tarde desta terça-feira. A JEO é composta pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, da Gestão, Esther Dweck, e pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa. Com os titulares das pastas em férias e em viagem, no caso de Costa, substitutos participaram das discussões finais do decreto.

Segundo integrantes do governo, o tamanho do congelamento orçamentário de R\$ 15 bilhões foi um dos pontos que dificultaram os ajustes finais do decreto, prometido para essa terça-feira em edição extra do Diário Oficial da União. Técnicos da equipe econômica se anteciparam e disseram que, devido ao valor a ser bloqueado, todos os ministérios seriam afetados de forma geral, inclusive áreas prioritárias como saúde e obras do Programa de





Aceleração do Crescimento (PAC). O relatório de estimativa de gastos e receitas aponta para um déficit de R\$ 28,8 bilhões neste ano, no limite de tolerância permitido no arcabouço fiscal para a meta de déficit zero. No primeiro semestre, a União fechou as contas com R\$ 68,7 bilhões no vermelho.

A meta é de déficit zero, ou seja, receitas iguais às despesas, mas há um limite de tolerância de déficit de 0,25% do PIB, ou R\$ 28,8 bilhões. Sem o contingenciamento, o déficit ficaria em R\$ 32,6 bilhões. No último relatório, divulgado em maio, a previsão deficitária era de R\$ 14,5 bilhões. No caso do BPC, o Ministério do Planejamento explicou que a variação decorre principalmente do aumento no número de benefícios devido à redução da fila, bem como do aumento da quantidade de requerimentos novos e analisados.

Já em relação aos benefícios previdenciários, a pasta justifica o aumento devido principalmente ao fato de as despesas dos últimos dois meses terem sido executadas acima do previsto inicialmente em decorrência de mudanças de fluxos internos e comportamentos inesperados de entrada de pedidos.

Como essas despesas subiram e elas são obrigatórias, o governo precisou bloquear gastos de outras áreas para cumprir as regras fiscais.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto às ações do Governo sobre o impacto do congelamento de R\$ 5,7 bilhões nas áreas de Saúde e Educação pelo Governo, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, de de 2024.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

Apresentação: 01/08/2024 14:45:49.620 - CFFC

REQ n.199/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249968206100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo

